

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	25
Introito	
POR QUE UM CURSO DE SENTENÇA CÍVEL? <i>(Fabrício Castagna Lunardi)</i>	29
Capítulo I	
ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE O CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA <i>(Luiz Otávio Rezende)</i>	35
1. Regras constantes da resolução n. 75/09 Do conselho nacional de justiça	35
2. Orientações práticas de preparação – técnicas de redação da sentença cível	39
2.1 Início da preparação – aquisição da técnica de elaboração da sentença por meio de treinamentos com exercícios simulados	39
2.2 Treinamento – orientações práticas	40
2.2.1 A correta administração do tempo	41
2.2.2 Esquema prévio ou roteiro lógico da sentença antes de se iniciar a resposta	42
2.2.3 Material de apoio ao treinamento	44
2.2.4 Caligrafia – aperfeiçoamento e aspectos relativos ao uso da letra de forma	45
2.3 Aspectos essenciais da linguagem e fundamentação da sentença	46
2.3.1 Sentença completa e com linguagem clara, concisa, correta e organizada	46
2.3.2 Atenção especial às especificidades do problema (datas e pedido), bem como às questões cognoscíveis de ofício (CPC, art. 10)	49
2.3.3 Observância obrigatória da orientação dos Tribunais Superiores (jurisprudência e entendimentos sumulados) e referências legais	50
2.4 Prova de sentença determinada – adaptação do treinamento às características da prova – orientações específicas	52
2.4.1 Análise das provas anteriores – estilo, extensão do questionamento e limitação de linhas	52
2.4.2 Pesquisa do perfil dos examinadores – estilos de redação, estruturação de parágrafos e fundamentação por esses adotados	56

Capítulo II**ESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SENTENÇA**

<i>(Fabrizio Castagna Lunardi)</i>	59
1. As decisões judiciais.....	59
2. A sentença e seus requisitos	63
3. Forma de exposição dos elementos da sentença	64
4. Preâmbulo	66
5. Ementa.....	67
6. Relatório da sentença cível.....	69
6.1 Funções do relatório.....	69
6.2 Questões redacionais	70
6.2.1 A expressão “Vistos etc.”.....	70
6.2.2 Aspectos linguísticos, ordenação e conteúdo do relatório	71
6.2.3 Tempo verbal e verbos comumente utilizados.....	72
6.3 Conteúdo, estruturação e modelos de relatório	73
6.4 Relatório no caso de dois ou mais processos sendo julgados simultanea- mente	77
6.5 Frase de transição	77
6.6 Relatório dispensado – técnicas de leitura e anotação a partir do relatório proposto pela Banca Examinadora.....	78
7. Fundamentação.....	79
7.1 Definição, função, redação, estruturação e conteúdo da fundamentação .	79
7.2 Impactos do CPC/2015 em relação à fundamentação: artigos 489, § 1º, e 926 e 927 da Lei 13.105/2015.....	86
7.3 Aplicação das técnicas de confronto e superação de precedentes na sen- tença	88
7.3.1 Modelos.....	92
7.4 Aplicação do princípio ou critério da proporcionalidade (ponderação ou sopesamento).....	93
7.5 Ordem da fundamentação	95
8. Abordagem do julgamento simultâneo	97
9. Tratar da questão que já deveria ter sido decidida, mas não foi.....	97
10. Abordagem do julgamento antecipado do mérito.....	99
11. Preliminares ao mérito	101
11.1 Questões introdutórias.....	101
11.2 Forma de abordar as preliminares na sentença	102
11.3 Ordem de apreciação das preliminares (ao mérito).....	103
11.4 Análise das preliminares.....	105
11.4.1 Inexistência ou nulidade da citação (inc. I)	106
11.4.2 Incompetência absoluta e relativa (inc. II)	107
11.4.2.1 Aspectos gerais.....	107
11.4.2.2 Questões especiais e comuns em relação à prelimi- nar de incompetência	109

11.4.3	Impugnação ao valor da causa (inc. III)	115
11.4.4	Inêpcia da petição inicial (inc. IV).....	116
11.4.5	Perempção, litispendência e coisa julgada (incs. V, VI e VII)...	116
11.4.6	Conexão (inc. VIII) e Continência	117
11.4.7	Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização (inc. IX).....	120
11.4.8	Convenção de arbitragem (inc. X)	125
11.4.9	Ausência de legitimidade ou de interesse processual (inc. XI) .	126
11.4.9.1	Legitimidade	127
11.4.9.2	Interesse em agir (ou interesse processual).....	130
11.4.10	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar (inc. XII)	133
11.4.11	Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça (inc. XIII)	133
11.4.12	Desistência e abandono do processo pelo autor.....	134
11.4.13	Nulidades.....	136
11.4.13.1	Convalidação do ato processual	137
11.4.13.2	As provas ilícitas, a teoria dos frutos da árvore en- venenada e a teoria da fonte autônoma de prova ..	138
11.4.13.3	Ausência de atuação do Ministério Público	140
11.4.13.4	Prova emprestada.....	141
11.5	Possibilidade de julgamento de mérito quando essa decisão for favorável à parte a quem aproveitaria o reconhecimento de vício processual.....	144
12.	Preliminares de mérito	145
12.1	Aspectos introdutórios	145
12.2	Prescrição e Decadência	146
12.2.1	Prazos prescricionais.....	147
12.2.1.1	Outros prazos prescricionais previstos em leis espe- ciais.....	150
12.2.2	Prazos decadenciais.....	151
12.2.3	Prazos prescricionais e decadenciais conforme súmulas, teses firmadas em recurso repetitivo e jurisprudência pacificada	152
12.2.4	Modelos.....	161
13.	Mérito propriamente dito.....	162
13.1	Aspectos introdutórios e estruturação	162
13.2	Forma de argumentação	163
13.2.1	Modelo	164
13.3	Declaração incidental de inconstitucionalidade/constitucionalidade	167
13.4	Questões prejudiciais.....	168
13.5	Análise dos fatos e das provas	169
13.5.1	Ônus da prova	170
13.5.2	A questão da inversão do ônus da prova na sentença	171
13.5.3	Alegação de falsidade documental	174
13.5.4	Fato superveniente.....	176

13.6	Cumulação de pedidos	176
13.7	Julgamento liminar de improcedência	178
13.8	Revelia – análise dos seus efeitos na fundamentação	180
13.9	Reconvenção	183
13.10	Pedido Contraposto	186
13.11	Abordagem da intervenção de terceiros e outros incidentes na sentença .	187
13.11.1	Assistência	188
13.11.2	Denúnciação da lide	189
13.11.2.1	Questões introdutórias	189
13.11.2.2	Forma de estruturação da sentença	191
13.11.2.3	Ônus sucumbenciais	192
13.11.2.4	Questões peculiares e polêmicas na denúnciação da lide	193
13.11.3	Chamamento ao processo	197
13.11.4	Desconsideração da personalidade jurídica	198
13.11.5	<i>Amicus curiae</i>	201
13.11.6	Intervenção especial do ente federal ou do ente federado	202
13.11.7	Oposição (processo incidente)	203
13.12	Correção monetária e juros moratórios	206
13.13	Questões prejudiciais decididas na fundamentação e coisa julgada	206
14.	Tutelas provisórias (de urgência ou da evidência) na sentença	208
15.	Imposição de sanções processuais na sentença: ato atentatório à dignidade da justiça e litigância de má-fé	213
15.1	Ato atentatório à dignidade da justiça (<i>contempt of court</i>)	213
15.2	Litigância de má-fé	214
15.3	Considerações sobre a aplicação das sanções processuais e modelos – ato atentatório à dignidade da justiça e litigância de má-fé	216
16.	Ônus sucumbenciais: hipóteses de análise na fundamentação	218
17.	Dispositivo	220
17.1	Aspectos gerais	220
17.2	Princípio da congruência	221
17.3	Proibição de sentença incerta e a questão da sentença condicional	223
17.4	Dispositivos na sentença definitiva e na sentença terminativa	224
17.4.1	Na sentença terminativa	224
17.4.2	Na sentença definitiva	225
17.5	Decisão dos pedidos imediatos e mediatos	226
17.5.1	Pedidos imediatos	226
17.5.2	Decisão sobre pedidos mediatos	228
17.6	Julgamento dos pedidos na cumulação própria e na cumulação imprópria	229
17.6.1	Dispositivo na cumulação própria	229
17.6.2	Dispositivo na cumulação imprópria	231
17.7	Dispositivos das sentenças homologatórias	232

17.8	Análise do pedido implícito	233
17.9	Litisconsórcio.....	234
17.10	Indeferimento da petição inicial e julgamento liminar de improcedência.	235
17.11	Correção monetária e juros	237
17.11.1	Termo inicial da correção monetária e dos juros moratórios.....	237
17.11.2	Índice de correção monetária e taxa de juros moratórios	238
17.11.3	Juros e correção monetária nas condenações impostas à Fazenda Pública de natureza não tributária	240
17.11.4	Juros e correção monetária nas condenações impostas à Fazenda Pública de natureza tributária	246
17.11.5	Questões sedimentadas na jurisprudência.....	247
17.11.6	Quadro sinóptico.....	251
17.12	Cominação de multas e outras medidas coercitivas	252
17.13	Tutelas provisórias concedidas na sentença	253
17.14	Responsabilidade por custas, honorários advocatícios e periciais e demais despesas/verbas de sucumbência.....	255
17.14.1	Despesas processuais	256
17.14.2	Honorários advocatícios	256
17.14.3	Honorários periciais (se houver perícia)	264
17.14.4	Ônus sucumbenciais no caso de concessão do benefício da gratuidade judiciária	266
17.14.5	Ônus sucumbenciais nos casos de desistência, renúncia, reconhecimento do pedido e transação.....	267
17.14.6	Casos de isenção do pagamento das custas judiciais	268
17.15	Reexame necessário.....	269
17.15.1	Reexame necessário no mandado de segurança.....	271
17.15.2	Reexame necessário em ação civil pública e em ação popular..	271
17.15.3	Dica para o concurso	272
17.15.4	Modelos.....	272
17.16	Determinações finais	273
18.	Epílogo.....	274
19.	Fecho ou parte autenticativa	276

Capítulo III

ASPECTOS EM DESTAQUE DOS PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

(Luiz Otávio Rezende)	277
1. Ação monitória	278
2. Embargos de terceiro	289
3. Ações locatícias – despejo	302
4. Ação de improbidade administrativa.....	310
5. Ações possessórias	317
6. Mandado de segurança	328
7. Embargos à execução	338

8. Ação civil pública.....	342
9. Tabela com as ações e assuntos cobrados nos últimos certames da magistratura estadual e federal.....	351

Capítulo IV

SÚMULAS E PRECEDENTES DO STF E STJ – DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

<i>(Luiz Otávio Rezende)</i>	363
1. Entendimentos sumulados do tribunais superiores	364
1.1 Superior Tribunal de Justiça.....	364
1.1.1 Direito Civil.....	364
1.1.2 Direito Processual Civil.....	376
1.2 Supremo Tribunal Federal	387
1.2.1 Direito Civil.....	387
1.2.2 Direito Processual Civil.....	391
2. Teses fixadas sob a sistemática da repercussão geral (STF)	394
2.1 Direito Civil/Constitucional.....	394
2.2 Direito Processual Civil	426
3. Teses fixadas sob a sistemática de recurso repetitivo (STJ)	430
3.1 Direito Civil	431
3.2 Direito Processual Civil	455

Capítulo V

PROVAS SIMULADAS

<i>(Luiz Otávio Rezende)</i>	479
1. Enunciados.....	480
1.1 Exercício 1 – Ação de despejo cumulada com cobrança.....	480
1.2 Exercício 2 – Embargos à execução.....	482
1.3 Exercício 3 – Ação declaratória de reconhecimento e dissolução de união estável, cumulada com pedido de partilha e fixação de alimentos	484
1.4 Exercício 4 – Ação Ordinária (nulidade de fiança)	489
1.5 Exercício 5 – Ação de busca e apreensão de veículo.....	490
1.6 Exercício 6 – Ação de reparação de danos morais cumulada com pedido de pensionamento	492
1.7 Exercício 7 – Embargos de Terceiro.....	493
1.8 Exercício 8 – Ação de reparação de danos	495
1.9 Exercício 9 – Ação de Reintegração de Posse	497
1.10 Exercício 10 – Ação de Reparação de Danos Morais, Materiais, Estéticos e Lucros Cessantes	499
1.11 Exercício 11 – Ação ordinária com pedido de demolição	502
1.12 Exercício 12 – Ação ordinária	505
1.13 Exercício 13 – Ação de cobrança envolvendo contrato de seguro.....	507
1.14 Exercício 14 – Ação reivindicatória	511

1.15	Exercício 15 – Ação de reparação de danos.....	514
1.16	Exercício 16 – Embargos de Terceiro	516
1.17	Exercício 17 – Ação de reparação de danos.....	517
1.18	Exercício 18	519
1.19	Exercício 19	520
2.	Espelhos padrão	522
2.1	Exercício 1	522
2.2	Exercício 2	524
2.3	Exercício 3	526
2.4	Exercício 4	527
2.5	Exercício 5	529
2.6	Exercício 6.....	533
2.7	Exercício 7.....	535
2.8	Exercício 8.....	537
2.9	Exercício 9.....	538
2.10	Exercício 10	540
2.11	Exercício 11	543
2.12	Exercício 12	545
2.13	Exercício 13	546
2.14	Exercício 14	548
2.15	Exercício 15	550
2.16	Exercício 16	552
2.17	Exercício 17	553
2.18	Exercício 18	555
2.19	Exercício 19	558

Capítulo VI

SENTENÇAS DE CASOS CONCRETOS

<i>(Luiz Otávio Rezende)</i>	561
1. Ação civil pública – intervenção no domínio econômico – rede de postos de combustíveis.....	562
2. Ação civil pública – improbidade administrativa.....	575
3. Ação civil pública – ilegalidade de greve.....	584
4. Direito civil (família) – ação de alimentos.....	596
5. Direito civil (família) – divórcio litigioso com partilha de bens.....	598
6. Direito civil (família) – ação de guarda, regulamentação de visitas e alimentos...	603
7. Direito civil (família) – reconhecimento e dissolução de união estável.....	614
8. Direito civil – direito autoral (reconhecimento de prescrição).....	620
9. Direito civil – responsabilidade civil (uso indevido de imagem/retirada de notícias veiculadas na internet)	623
10. Direito civil (extinção de condomínio).....	631
11. Direito civil – ação de adjudicação compulsória	635

12. Direito empresarial (averbação de alteração em contrato social)	641
13. Direito empresarial – cheques (ação monitória)	644
14. Direito civil (oposição e ação principal).....	648
15. Locações – ação renovatória	656
16. Direito do consumidor – reparação de danos	659
17. Direito administrativo – mandado de segurança	662
18. Responsabilidade civil do estado – reparação de danos.....	667
19. Responsabilidade civil do estado – reparação de danos.....	675
20. Direito previdenciário – ação de conversão de aposentadoria	680
21. Embargos de terceiro	686
22. Ação de rescisão de contrato de compra e venda.....	689
POSFÁCIO.....	697
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	699